

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - EDITAL Nº 190/2022

RESPOSTAS AOS RECURSOS

Disciplina Língua Portuguesa

Noções Básicas da Administração Pública

Conhecimento Específico

Cargo: ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

Nº da Questão	Opção de Resposta por extenso	Parecer da Banca	Deferido ou Indeferido	Questão anulada ou Opção de Resposta correta
11	(C) separa a ética individual da ética do Estado (fundada na noção do bem comum).	<p>O Príncipe é uma obra elaborada a partir do estudo da política na Antiguidade, onde o poder foi frequentemente tomado, mantido e perdido segundo os meios apontados por Maquiavel. Revolucionaria a Teoria do Estado e da Conspiração e cria as bases da Ciência Política. Em O Príncipe, Nicolau Maquiavel elabora uma teoria realista e sistemática, separando a ética individual da ética do Estado (fundada na noção do bem comum). In BRAGA, Pedro. <i>Ética, Direito e Administração Pública</i>. Brasília: Senado Federal. 2006. Págs 188-189.</p> <p>Vale dizer que o conteúdo programático engloba a matéria cobrada na questão: "Conceito: Ética e Moral. Ética, princípios e valores. Ética e democracia: exercício da cidadania" (extraído do site da UFF, seção Conteúdo Programático). Outrossim, o livro no qual foi baseada a questão também consta da sugestão bibliográfica e está disponível a todos na internet, a saber BRAGA, Pedro. <i>Ética, Direito e Administração Pública</i>. Brasília: Senado Federal. 2006.</p> <p>Portanto, indefiro o recurso e mantenho o gabarito publicado.</p>	Indeferido	Mantido
13	(E) a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.	<p>Constituição Federal, Art. 5º, LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.</p> <p>Observações:</p> <p>A irredutibilidade de salário é Direito Social e previsto no artigo 6º, e não Direito Individual/Coletivo do artigo 5º, objeto de cobrança no enunciado da questão.</p> <p>A licença-gestante também é um Direito Social, além de ter duração de 120 dias (art. 6º, XVIII).</p> <p>Art. 5º, XLVII - não haverá penas: a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX; b) de caráter perpétuo; c) de trabalhos forçados; d) de banimento; e) cruéis.</p> <p>Art. 5º, XXII - é garantido o direito de propriedade.</p> <p>Portanto, recurso indeferido e manutenção do gabarito publicado.</p>	Indeferido	Mantido

14	(E) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.	Constituição Federal, Art. 37, XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas. Portanto, recurso indeferido e manutenção do gabarito publicado.	Indeferido	Mantido
16	(D) afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.	Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992) Art. 1º, § 3º O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa. Obs.: Art. 12. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:(...) O Decreto-Lei 201/1967 prevê crimes <i>de responsabilidade</i> dos Prefeitos e Vereadores, isto é, sanção político-administrativa, e não sanção penal. Portanto, recurso indeferido e manutenção do gabarito publicado.	Indeferido	Mantido
17	(D) pratica crime de violação de sigilo funcional.	Código Penal. Violação de sigilo funcional Art. 325 - Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave. Portanto, recurso indeferido e manutenção do gabarito publicado.	Indeferido	Mantido
18	(B) suspensão	Estatuto do Servidor Público Federal (Lei 8.112/90). Art. 129. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave. Art. 117. Ao servidor é proibido: I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; (...) Art. 130, caput. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.	Indeferido	Mantido
19	(A) obrigatória de processo administrativo disciplinar.	Estatuto do Servidor Público Federal (Lei 8.112/90). Art. 146. Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar. Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos: (...) IV - improbidade administrativa; A questão exige do candidato o conhecimento em conjunto dos artigos 146 e 132 do Estatuto dos Servidores, de modo que o ato de improbidade praticado pelo servidor enseja a sua demissão, mediante obrigatória instauração de processo administrativo disciplinar, portanto o gabarito correto é a obrigatória instauração do PAD. Assim, os recursos restam indeferidos e fica mantido o gabarito publicado.	Indeferido	Mantido